

REFORMA DO 2º GRAU

TIRA DÚVIDAS

Mudar, reformar. Essa mensagem está em todas as declarações sobre o ensino de 2º grau no país. Conceitos abstratos demais para os maiores interessados no tema: os alunos. Quem estuda em colégios particulares, cheios de recursos disponíveis como computador, biblioteca de qualidade e laboratórios equipados não sentirá a diferença. Os alunos de escolas públicas, no entanto, assistirão a uma verdadeira revolução em sala de aula. O processo, admitem os técnicos do próprio Ministério da Educação (MEC), será lento e deverá demorar pelo menos oito anos para ser implantado. A seguir, o Correio esclarece as principais dúvidas de pais, alunos e professores sobre o assunto.

ESTRUTURA

1 Como as novas regras irão afetar o dia-a-dia nas salas de aula?

O objetivo principal das mudanças é conseguir aproximar o aprendizado do mundo real. Um exemplo concreto. No lugar de um livro cheio de fórmulas para ensinar física, com letzinhas de todo tipo para representar força, velocidade e etc, o professor usa uma simulação de

computador mostrando o que acontece com o passageiro quando um carro bate a 100 Km/hora. Ou então, vai até um campo de futebol e chuta uma bola para o aluno pegar, explicando como o objeto ganha velocidade. A última coisa nesse processo seriam as tradicionais fórmulas e suas letzinhas. Isso não significa que os livros didáticos serão abolidos, mas que serão usados de maneira diferente — como material de apoio.

2 As escolas públicas terão dinheiro o para bancar uma estrutura dessas?

O governo aposta que sim e já fechou um convênio de R\$ 1 bilhão com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) só para a primeira etapa da reforma. O dinheiro irá para as secretarias estaduais de Educação — responsáveis pelo ensino médio — para começar a mudar a estrutura das escolas.

O primeiro passo será um levantamento minucioso do perfil dos alunos, do corpo docente, dos salários, qualificação, número de salas de aula disponíveis, computadores, bibliotecas e laboratórios. A partir daí, cada secretaria elaborará uma estratégia de como pretende atingir as metas estabelecidas, fixando prazos e custos. O MEC avalia e depois de aprovada a estratégia, o financiamento será liberado, provavelmente via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Para conseguir o financiamento, no entanto, os estados terão de apresentar garantias de que o empréstimo será pago. Nesse ponto, entra o problema principal: a maioria dos estados está

endividado e não poderia oferecer uma contrapartida muito grande.

3 E o professor está preparado para essas novidades?

O professor é peça chave para que realmente haja essa mudança. Segundo dados do MEC, existem poucos professores nas salas de aula do ensino médio sem curso superior completo (em torno de 6%). Por isso, esses profissionais teriam a formação básica necessária para começar a mudar a maneira como dão aula.

O ministério está preparando um material didático extenso explicando as mudanças. Os livros serão enviados a todos os professores da rede pública a partir de agosto. Cada estado também terá de preparar, como parte de seu planejamento, cursos de capacitação para os professores.

Além disso, serão distribuídos pelos Correios os Parâmetros Curriculares Nacionais do 2º grau, elaborados com base na reforma. Eles servirão como guia de consulta porque trabalham assuntos antigos de forma renovada, como exige a reforma.

4 No caso das escolas particulares, esses custos serão repassados para as mensalidades?

Segundo o MEC, grande parte das escolas particulares não precisarão desembolsar quase nada para se adaptar à reforma, porque já trabalham nesses moldes. Mesmo assim, continuarão valendo as regras atuais de reajuste. O contrato tem que ser firmado no início do ano letivo, de comum acordo entre diretoria e pais e não pode sofrer alteração nos doze meses seguintes.

5 Quem irá fiscalizar se as mudanças estão realmente acontecendo nas escolas?

A responsabilidade maior ficará com os estados. Eles serão responsáveis pelo acompanhamento e orientação durante o período de transição entre os dois modelos. O governo irá monitorar as mudanças pela avaliação de desempenho dos alunos, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico).

APRENDIZADO

6 Um aluno que aprende nesse novo modelo saberá menos ou mais?

Os educadores que idealizaram a reforma admitem que o estudante que passar pelo novo 2º grau provavelmente terá visto um volume menor de conteúdo. No entanto, saberá aplicar o que aprendeu muito mais do que o aluno de hoje. O governo acredita que esse tipo de aprendizado será mais útil para todos. Quem quiser trabalhar logo terá uma base maior de conhecimentos; quem seguir para faculdade, aprofundará seu domínio da teoria por lá.

7 Como os pais terão a garantia de que seu filho que estuda em Brasília aprenderá tanto quanto outro que estudou em São Paulo, por exemplo?

O papel do parecer que será apresentado esta semana pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) é justamente esse. O documento definirá o que um estudante terá de saber no final do 2º grau, independente da escola. Hoje, existe uma regra dizendo quantas horas de cada matéria o aluno deve ter na escola. Isso acaba com a reforma. Passa a vigorar uma lista de habilidades e competências que o aluno

precisará preencher. Fica a cargo dos estados definir como a meta será atingida.

8 E o currículo? É verdade que o aluno poderá escolher 25% das matérias que deseja fazer?

Não necessariamente. As competências e habilidades básicas propostas pelo CNE devem ocupar no mínimo 75% do currículo. Mas cada estado terá a liberdade para definir se será obedecido o percentual mínimo ou não.

9 Então, a história de que o 2º grau passaria a ser mais profissionalizante não vale mais?

Em termos. Isso porque dentro do currículo de habilidades e competências estão itens essencialmente profissionalizantes, como o uso de equipamentos. O que pode acontecer é que o aluno não conseguirá optar por uma área de interesse para se especializar nela.

10 O sistema de crédito poderá ser usado?

Sim, caso o Conselho Estadual de Educação decida que as escolas terão a opção de um regime seriado, modular ou de crédito.

11 A divisão do segundo grau entre científico e clássico irá voltar?

Não. O que poderá ocorrer nos estados onde o aluno escolher algumas matérias é que o próprio estudante busque uma especialização maior em alguma das áreas do conhecimento. Mesmo assim, ninguém escapará de cumprir a parte obrigatória do currículo.

12 E a avaliação, as provas irão mudar?

Mais uma vez dependerá dos

estados. Eles podem realizar uma única avaliação com fim de promoção, no final dos três anos; continuar no modelo atual ou fazer provas intermediárias.

13 Quem já está no 2º grau será atingido?

Não. As mudanças só valem para quem entrar no 2º grau a partir do primeiro semestre de 1999. Os estados terão o resto deste ano para se adaptar à reforma.

CURSOS TÉCNICOS

14 As chamadas escolas técnicas profissionalizantes acabaram?

Sim. Desde o primeiro semestre deste ano está extinto esse modelo. O MEC defende que a profissionalização deve ser um complemento da formação regular. Por isso, o aluno precisa ter terminado o ensino médio ou estar matriculado em um para poder participar dos cursos profissionalizantes.

15 E para quem está no mercado de trabalho e não tem diploma, muda alguma coisa?

Muda. O ministério pretende credenciar diversas instituições para aplicar provas que verifiquem se uma pessoa possui as habilidades exigidas por um determinado ofício. Quem passar, receberá um diploma idêntico ao dos que cursaram escola profissionalizante. Essa medida, no entanto, deve demorar algum tempo para sair do papel. Isso porque falta uma definição por parte das comissões de especialistas do MEC de quais habilidades e competências serão necessárias em cada área do conhecimento para que o diploma possa ser concedido.